

Contextos, histórias e mulheres: a formação dos cânones literários no Brasil

Contexts, stories and women: the formation of literary canons in Brazil

Contextos, historias y mujeres: la formación de los cánones literarios en Brasil

Carlos Eduardo Millen Grosso*

Resumo: O artigo analisa a formação dos cânones literários no Brasil do último quartel do século XIX às primeiras décadas do século XX. Inicialmente, reflete-se sobre a questão do cânone e sua relação com a produção literária, explorando os mecanismos de regulação literária adotados no Brasil. Posteriormente, busca-se reavaliar conceitos e padrões estéticos compostos pela crítica especializada do período na composição dos cânones literários, estabelecendo trajetos que atendam às necessidades do presente, de modo a ampliar e diversificar o exercício de construção do passado. Finalmente, busca-se avaliar a relação da crítica especializada com a produção de autoria feminina.

Palavras-chave: Cânones literários. Identidade nacional. Mulheres.

Abstract: The article assesses the formation of literary canons in Brazil from the last quarter of the nineteenth century to the first decades of the twentieth century. Initially, it reflects on the topic of the canon and its relation to literary production, exploring the mechanisms of literary regulation adopted in Brazil. Subsequently, it seeks to reassess concepts and aesthetic standards brought up by specialized critics of the period in the composition of literary canons, establishing paths that meet the needs of the present, so as to broaden and diversify the exercise of construction of the past. Finally, it seeks to evaluate the relationship of specialized criticism with the production of female authorship.

Keywords: Literary canons. National identity. Women.

Resumen: El artículo analiza la formación de los cánones literarios en Brasil desde el último cuarto del siglo XIX hasta las primeras décadas del siglo XX. Inicialmente, se reflexiona sobre la cuestión del canon y su relación con la producción literaria, explorando los mecanismos de regulación literaria adoptados en Brasil. Posteriormente, se busca replantear conceptos y estándares estéticos compuestos por la crítica especializada de la época en la composición de los cánones literarios, estableciendo caminos que respondan a las necesidades del presente, con el fin de ampliar y diversificar el ejercicio de construcción del pasado. Por fin, se pretende evaluar la relación de la crítica especializada con la producción de autoría femenina.

Palabras clave: Cánones literarios. Identidad nacional. Mujeres.

Introdução

No século XIX ocorre um movimento de aproximação entre literatura e história. Esta proximidade circunstancial e provisória é enfatizada na transfiguração das histórias literárias em histórias da nação. Na tradição literária brasileira, as criações, embora individuais, são incorporadas ao conjunto canônico que corresponde às demandas coletivas de um projeto político e ideológico de nação no final do século XIX e início do século XX.

Nesse sentido, é importante questionarmos sobre qual ideia de literatura é tomada como referência para qualificar uma obra como canônica. Outro aspecto a ser levantado é referente às práticas discursivas sociais, especialmente a relação entre literatura e as movimentações nos campos ligados à cultura e ao social. Quando se observam as relações da história com os cânones, faz-se também uma análise de como certas interpretações da produção literária do passado são cristalizadas (CHARTIER, 2009, p.30).

É nesse movimento de construção de um passado literário que se constituem os cânones da história da literatura, quando muitas obras foram “esquecidas” e outras tantas se tornaram “clássicas” da literatura brasileira. Ou seja, as obras consideradas “clássicas” e “esquecidas” passam por um processo de controle político-social que pode melhorar ou empobrecer as qualidades estéticas das obras literárias. Desse modo, ocorre um movimento de retirada das obras literárias de seu próprio tempo, colocando-as numa dimensão atemporal, já destituídas de qualquer excesso de sentidos e principalmente dotadas de interpretações definitivas (BRESCIANI, 2005, p.16).

De críticos e sua crítica

Dentro da ideia de matriz romântica, que atravessou também os primeiros decênios do século XX, a aproximação entre história e literatura organiza-se em função da construção do Brasil que, conduzido pela “sonhada” identidade nacional, visa a inserção do mesmo no mundo “civilizado” e universal. É justamente da tensão entre o particular e o universal que se elabora os principais modelos explicativos do Brasil no período (COSTA LIMA, 1981, p.30-53).

De modo geral, as construções explicativas estavam alicerçadas sobre dois eixos doutrinários: natureza e cientificismo. O primeiro eixo estabeleceu-se a partir da ideia de “origem”, vinculado com a construção das singularidades nacionais. O segundo eixo estava comprometido com o “método objetivo”, encarregado de “civilizar” o Brasil. Influenciados por esses dois eixos doutrinários, os segmentos sociais intelectualizados da sociedade

brasileira dedicados com os estudos literários promovem um mecanismo de seleção e exclusão que resulta na formação do patrimônio literário da nação (SUSSEKIND, 1994, p.33-35).

Nesse movimento de invenção das tradições literárias, a relação entre literário e político adquire centralidade. As fronteiras entre literatura e política são frágeis e, de certa forma, arbitrárias, realçando assim uma série de propostas estético-políticas que pensavam a construção do Brasil. Essas propostas estavam diretamente relacionadas aos propósitos de uma história oficial, que tinha na coesão nacional o seu principal interesse.

Não obstante, ao mesmo tempo que se reconhece a fragilidade das fronteiras entre literatura e política, a invenção da tradição também demonstra a complexidade da relação entre história e literatura. A separação política em relação a Portugal acelerou o movimento de constituição de uma identidade nacional. Segundo Regina Zilberman (1999, p.25), “a história da literatura brasileira nasceu com o país a que se referia”. Esse movimento recebeu o apoio de diferentes segmentos sociais intelectualizados, dentre os quais se destaca o grupo dedicado ao literário.

Nesse sentido, a formação dos cânones no Brasil seguiu o caminho de aproximação e distanciamento em relação às fontes que vinham das grandes metrópoles, fundamentais na constituição do padrão estético. Esse caminho estabeleceu os critérios para a seleção de textos identificados como “mais brasileiros”. Os críticos da época procuravam explicar o Brasil, guiados pelo interesse de apreender as linhas evolutivas do processo de produção literária.

As obras incluídas corresponderiam às demandas de um cânone, apresentando propriedades estéticas e temáticas convencionadas pelo grupo de especialistas. As obras excluídas, por outro lado, estariam numa condição intermediária entre escolas ou tendências estéticas, o que poderia acarretar numa espécie de desordem dos índices cronológicos da história da literatura. Isso porque o interesse na elaboração de histórias literárias no Brasil esteve ligado ao processo de independência política.

No cenário da crítica literária brasileira, dos anos 1870 ao desenvolvimento do Modernismo, os trabalhos de José Veríssimo, Sílvio Romero e Araripe Júnior contribuíram enormemente para a formação dos cânones literários. Chamados de “trindade literária”, foram responsáveis pela adoção de critérios literários baseados na nacionalidade da literatura brasileira.

O paraense José Veríssimo, no seu livro de estreia, intitulado *Primeiras Páginas*, aborda, no capítulo *A literatura brasileira: sua formação e destino*, a nacionalidade da literatura brasileira (VERÍSSIMO, 1977). No capítulo, José Veríssimo enfatiza a importância

de se valorizar no romance a temática regionalista em oposição à urbana. Conforme Veríssimo (1977, p.158-159), “o verdadeiro ‘romance’ brasileiro é aquele que precisa dos fatos da vida do nosso sertão onde o genuíno povo brasileiro, o resultado dos cruzamentos, vive com seus hábitos, suas crenças e seu falar próprios”.

O autor compreende que o romance de temática regionalista apresenta mais originalidade, uma vez que se afasta dos modelos europeus e reivindica uma emancipação literária. Conforme Veríssimo (1977, p.155), “não é simplesmente a autonomia política e a separação geográfica que fazem uma nacionalidade”. Essa originalidade somente é possível pelo esforço do escritor no sentido de explorar as tradições, a língua e o território do Brasil.

É justamente no esforço exploratório de temáticas ligadas ao Brasil, como crenças e costumes, que Veríssimo acredita ser possível o desenvolvimento de uma nacionalidade literária. Assim como Sílvio Romero e Araripe Júnior, Veríssimo acredita no critério “nacionalidade” para avaliação da produção literária brasileira. Essa ênfase na nacionalidade inscreve-se numa linhagem inaugurada pela crítica romântica que vai ecoar no período de predominância do ideário cientificista (BAUMGARTEN, 1997, p.57).

A adoção do critério “nacionalidade” fez com que o próprio José Veríssimo (1969), no livro *História da Literatura Brasileira*, deixasse de fora o movimento literário denominado simbolismo. Isso porque tal movimento não cumpria com o critério “nacionalidade”, o que levaria à desordem o mecanismo de transmissão ou de superação do modelo literário anterior. Esse exercício de exclusão decorre da própria composição do simbolismo (CAPOBIANCO, 2016, p.152-156), que é contrário à objetividade própria ao realismo (PELLEGRINI, 2007, p.139-140) e às descrições do homem no seu estado “natural” do naturalismo (ALMEIDA, 2013, p.63-91). O principal interesse, portanto, residia na exploração do íntimo humano, chamado pelos simbolistas de “espírito”.

No mesmo caminho traçado por José Veríssimo e também Sílvio Romero, Antonio Candido irá desenvolver toda sua produção crítica a partir da ideia de que a história literária brasileira está amparada no projeto político/ideológico promovido por um grupo de autores, leitores e instituições dispostos a formar a literatura nacional (CANDIDO, 2008). Esse gesto estava sustentado, segundo Cândido, pela noção de sistema literário, que é composto por três vetores analíticos: produção, recepção e transmissão. Nas palavras do autor:

A existência de um conjunto de produtores literários, mais ou menos conscientes do seu papel; um conjunto de receptores, formando os diferentes tipos de público, sem os quais a obra não vive; um mecanismo transmissor, (de modo geral, uma linguagem, traduzida em estilos), que liga uns a outros (CANDIDO, 2008, p.25).

A articulação entre autor, obra e público permite ampliar o horizonte analítico, possibilitando estabelecer a relação não excludente entre literatura e sociedade. Para Candido (1976, p.24), essa abordagem permite compreender o “movimento dialético que engloba a arte e a sociedade num vasto sistema solidário de influências recíprocas”. Portanto, é dessa articulação que se constitui a formação e a continuidade de uma tradição literária nacional, ou seja, da “capacidade de produzir obras de primeira ordem, influenciada, não por modelos estrangeiros imediatos, mas por exemplos nacionais anteriores” (CANDIDO, 1987, p.153).

Fazendo uso da noção de sistema literário, Antonio Candido organiza a formação da literatura brasileira a partir dos critérios de linearidade temporal vinculados ao princípio de nacionalidade. Entretanto, o crítico Luiz Costa Lima (1992, p.163) afirma que “o decisivo na armadura teórica da Formação [da literatura brasileira] é menos a ideia de articulação entre produção e recepção literárias do que sua extensão nacional e seu caráter de coerência”. A preocupação de Antonio Candido se volta à tentativa de produzir uma história da literatura brasileira marcada pela “coesão homogeneizante”, de modo a oferecer uma interpretação evolutivo-gradualista, destacando as obras de referência, os cânones.

Lúcia Miguel Pereira (1988), na obra *História da Literatura Brasileira: prosa de ficção (1870 a 1920)*, publicado originalmente em 1950, adota um critério de seleção de obras semelhante ao de Antonio Candido. A autora considera importante a elaboração da história da literatura brasileira como forma de organizar o passado literário do país, de modo a facilitar o desenvolvimento de uma tradição genuinamente nacional. A partir dos “sucessos literários” que obtiveram considerável repercussão e representaram significativamente certas tendências, a autora elabora um quadro de escritores para compor a história literária brasileira.

Os cânones literários como (des)construções

A formação de um arquivo de obras canônicas está atrelada ao lugar da gestão da memória, bem como ao campo do esquecimento. Como bem lembra Jacques Derrida (2001, p.16), a compreensão de arquivo deve estar vinculada aos mecanismos de poder, que orientam a “participação e o acesso ao arquivo, à sua constituição e à sua interpretação”. Segundo Jaime Ginzburg (2012, p.121), o “cânone é resultado de um processo seletivo que se caracteriza pela legitimação de exclusão”.

Os critérios utilizados na seleção e exclusão são vários. A infração de normas ortográficas, o recurso à oralidade e as adaptações sintáticas são considerados condenáveis. Outro aspecto bastante importante é o julgamento de valor adotado nos critérios de exclusão

que se estabelece com o cânone. O ingresso no cânone implica na qualidade superior, quase sempre elevando o trabalho ao estatuto de obra genial. Essa condição permite que a obra receba privilégios ligados à perenidade e ao exemplar. Com tais atributos, a obra adquire sentido atemporal e pedagógico, uma vez que as características da própria obra passarão por um processo de codificação, isto é, controle da crítica literária. Esta dispõe de amplos poderes no controle de acesso ao cânone, pois é o grupo dos especialistas que define o que é literatura e, portanto, responsável por emitir o julgamento de valor sobre o objeto literário. Naturalmente, a manutenção das obras entre os cânones se dá por disputas no interior das instituições que se organizam em subgrupos de tendências estéticas diversas.

O crítico estadunidense Harold Bloom (1995) considera fundamental a formação de cânones literários. O autor acredita em demasia na capacidade individual do escritor que integra o cânone literário, alçando-o à condição de gênio individual (BLOOM, 1995, p.36). É uma visão baseada na independência do artístico, que, segundo o autor, é uma experiência estética individual. Ou seja, essas atribuições decorreriam unicamente do domínio estético das obras, inseridas dentro de relações específicas de poder que privilegiam o sujeito masculino, caucasiano, heterossexual, de cultura eurocêntrica e com alto nível de educação formal. A grande maioria dos escritores escolhidos para compor o cânone cumpre todos os requisitos.

O crítico desconsidera a relação de dependência da obra artística com o momento histórico, descartando a atuação da sociedade sobre o texto. Ou seja, para não cairmos no essencialismo de Bloom, é preciso considerar que as obras incluídas são resultado de uma produção cultural hegemônica, a qual dialoga com estéticas tomadas como canônicas. Além disso, tais obras ajudam a reiterar com o academicismo que tende a estabelecer padrões estéticos ligados às escolas.

Do ponto de vista dos estudos literários contemporâneos, a definição de literatura como arte sofre uma reformulação. A literatura deixa de ser entendida como arte e passa a ser tratada como “produção estético-escritural” (SCHMIDT, 2017, p.121-128). A partir do século XVIII, o termo “cultura” esteve associado às práticas tradicionais de uma sociedade, enquanto a definição de “arte” à criação e sensibilidade individual. É justamente dessa divisão de que resulta o estabelecimento da distinção entre valor estético e valor cultural, sendo o primeiro ligado à cultura erudita e o segundo à cultura popular.

Entretanto, no aporte epistemológico contemporâneo, o entendimento de literário ganha uma dimensão transitória, adquirindo a condição de dependência em relação ao contexto histórico no campo das formas culturais. Como bem explica Elaine Showalter (1994,

p.39) sobre a língua e o estilo das obras literárias, “nunca são crus e instintivos, mas sempre o produto de inúmeros fatores, de gênero, tradição, memória e contexto”.

É adequado assumir a relação entre arte e cultura como uma possível via de fuga do bloqueio crítico que se assentou historicamente sobre um universalismo atemporal. Essa articulação entre arte e cultura permite que ocorram aprofundamentos de questões ligadas à relação da literatura com representações culturais e com modos de subjetivação, incidindo sobre as relações saber/poder que regulam as construções de controle e legitimação do processo de formação dos cânones literários (BOURDIEU, 1996, p.244).

O objetivo é, sem dúvida, evitar o compartimento do conhecimento que conduz às qualificações do tipo “alta” e “baixa” literatura ou “cânone” e “contracânone”. O interesse em fazer uso do cânone literário reside na tentativa de pensar as aproximações e afastamentos em relação às obras “menores/esquecidas”. Isso porque tais qualificações são construções que correspondem a determinada época (BARBERENA, 2013, p.280).

O cânone é caracterizado pelo estabelecimento de uma “norma” que se constitui da diferenciação de um oposto. Nos termos de Georges Canguilhem (1991, p.177), a norma é necessariamente relacional, uma vez que a sua existência não tem nenhum sentido em si. Nesse sentido, a norma é dependente da sua época, o que implica uma transitoriedade que faz com que o campo literário seja percebido como dinâmico, podendo apresentar maiores ou menores variações ao longo dos tempos.

Com base nestes parâmetros, o retorno à história da literatura torna possível pensar a respeito do que chamamos de instituição literária e de seu funcionamento como instância reguladora, incluindo definição do literário e procedimentos de seleção e ordenamento das obras na história literária. Segundo Rita Terezinha Schmidt (2017, p.126),

É a partir da compreensão desse lugar como lugar de conflitos e contradições por excelência que os processos de naturalização de verdade e valor sobre o literário passam a ser vistos como mecanismos importantes da articulação de poder cultural e político no interior das culturas.

É possível compreender a movimentação de exclusão como produtora de diferenças, trazendo à luz outros critérios de valoração de autores(as) e obras, que ficaram esquecidos por não se adequarem aos critérios daqueles responsáveis pelo processo de canonização. É justamente com as obras “esquecidas” que é possível apreender uma diversidade estética de uma época.

No universo das obras “esquecidas”, a experiência de ser não-autorizado prepara um espaço de liberdade cuja independência ilumina os fenômenos de anacronismo, desatualização e policromia de um mesmo momento da cultura. Dessa forma, com o estudo

das obras não-canônicas, é possível desconstruir certas hierarquias e ampliar o horizonte dos estudos sobre as histórias literárias, de modo a revisar o acervo do passado sob a perspectiva do presente.

Nessa perspectiva de análise, que enfatiza a sincronia, o interesse recai sobre a redefinição dos paradigmas que ampararam a formação das histórias literárias brasileiras. Assim como o historiador recolhe e organiza os indícios e escritos para figuração e dotação de sentido do passado, o cânone literário também foi elaborado a partir de escolhas, mais ou menos determinadas, dos críticos especializados.

Portanto, o cânone literário deve ser compreendido como múltiplos polos da cultura, de modo que a inquirição se defina como averiguação das muitas alteridades que nelas se podem presentificar (DE CERTEAU, 2012, p.185-188). Há nessa ideia um direcionamento de interesse voltado para as dispersões que constituem a produção do cânone literário. Isso significa que não é interesse buscar a “história” da literatura brasileira, mas sim as “histórias” da literatura brasileira. Esse comentário tem como finalidade atrair a atenção para a distância que pode haver entre buscar a formação de uma única história literária e considerar os múltiplos focos de constituição dos cânones literários.

O objetivo não é descartar a produção do cânone literário, mas sim compreendê-lo em perspectiva, entendendo que são feitas escolhas com base em “fatores culturais, políticos, sociais e pessoais” (MOISÉS-PERRONE, 2009, p.19-60; MOI, 1988, p.55). Como bem afirma Rita Teresinha Schmidt (SCHMIDT, 1995, p.186),

Não há mais como sustentar os pressupostos pretensamente neutros e a-históricos dos métodos da crítica literária tradicional. Todo o critério de avaliação e interpretação é historicamente limitado, mutável em função de condições sociais e históricas e em função de referenciais teóricos, esses também variáveis no contexto daquelas condições.

Isso significa alargar e problematizar o horizonte ficcional brasileiro a partir da produção literária, de modo a abrir espaço para o desenvolvimento de investigações, visando a diversificação do acervo. Nas palavras de Maria Irene Ramalho de Sousa Santos (1994, p.14), “(...) qualquer definição do que é ‘melhor’ ou ‘correto’, isto é, qualquer definição do cânone tem de estar disponível para a redefinição”. O interesse é se posicionar criticamente em relação às abordagens totalizantes e coerentes da literatura brasileira, tomando como base a compreensão de histórias literárias inacabadas e plurais. Ao estabelecer esse caminho, é necessário considerar a produção da crítica especializada, que não reconhecia, por exemplo, a literatura realizada por mulheres.

Revisitando as mulheres na literatura

A partir da crítica literária feminista, algumas pesquisas propõem estender os estudos sobre a literatura realizada por mulheres (MOI, 1988). Além de oportunizar o conhecimento de escritoras esquecidas do passado, as obras literárias realizadas por mulheres possibilitam identificar os valores estéticos das épocas, de modo a estabelecer proximidades e diferenças entre canônicos e não-canônicos (CAMPELLO, 2010, p.43-54). O interesse, portanto, visa avaliar as produções, bem como reavaliar conceitos e padrões estéticos estabelecidos pela crítica especializada na composição dos cânones literários (HOLLANDA; ARAÚJO, 1993; MUZART, 1999).

No caminho (re)aberto da recente historiografia da literatura brasileira, voltada para a prática literária das mulheres, as pesquisas apontam para o papel determinante da crítica especializada para a “invisibilidade” das mulheres na literatura (DUARTE; MACÊDO, 2001; ALVES, 1999). De modo geral, a crítica do último quartel do século XIX às primeiras décadas do século XX simplificava a produção literária das mulheres, apontando para um resultado com “características tipicamente femininas” (DUARTE, 1997, p.91).

É este tipo de crítica realizada pelos homens que produzia o efeito de inferiorização da escrita das mulheres. Isto é, a análise dos escritos produzidos por mulheres passa a ser realizado por uma espécie de filtro das política-culturais majoritárias do período. Quando alguma escrita realizada por mulher era dada como relevante, a obra era acompanhada de uma rubrica que indicava ser uma produção feminina.

A mulher da segunda metade do século XIX e início do século XX era descrita pela emotividade. A sua natureza instintiva e irracional não admitia, dentro dessa ótica de caráter determinista biológico, desenvolver práticas ligadas ao intelecto. A compressão da época colocava a mulher à margem do processo humano cognitivo (ROHDEN, 2002, p.119-120). Ou seja, a mulher naturalmente estava afastada das práticas ligadas ao conhecimento.

A produção ficcional não correspondia ao mundo destinado à mulher. No entendimento da época, a mulher não apresentava condições cognitivas e nem vivência em assuntos denominados “universais”, como política, questionamentos existenciais, entre outros. Isso fazia com que dificilmente alguma obra literária obtivesse sucesso pela crítica. Acreditava-se que os enredos estariam ligados à vivência doméstica das mulheres, como criação de filhos e outros afazeres.

Além disso, quando eventualmente uma obra realizada por uma mulher ganhava o respeito estético da crítica, a valorização ocorria de acordo com as características do masculino: forte, viril, duro (DUARTE, 1997, p.91). O que se vê, portanto, é um grupo de críticos homens que definem os padrões do que é bom e ruim da produção literária brasileira,

tomando como suporte as relações de poder da sociedade patriarcal. Inclusive, essa prática dificultou o ingresso de mulheres no grupo de críticos.

É justamente por meio de uma assimetria social entre os gêneros que se materializa um tipo feminino, sustentado numa visão estereotipada da feminilidade. A crítica, portanto, se caracteriza por se apoiar mais numa construção social e política relacionada à autoria do que nas qualidades inerentes ao próprio texto. Nesta distinção, induz a pensar em dois campos simultaneamente de modo conjunto e separado: “o romance” e o romance escrito pela mulher.

Essa perspectiva adquire uma grandeza política na medida que reflete a codificação de uma relação de poder que afirma a invisibilidade do feminino. E como resultado deste rebaixamento, do ponto de vista da crítica, a produção literária de autoria das mulheres ocupa um espaço periférico. (SANTIAGO, 1995, p.99-102).

O crítico José Veríssimo realiza um amplo levantamento da produção literária brasileira (VERÍSSIMO, 1969). Adotando uma organização evolutiva-gradualista, Veríssimo percorre uma gama de escritores agrupados por duas grandes divisões: período colonial e período nacional. Nessa pesquisa, o autor discorre sobre a primeira manifestação literária produzida em solo brasileiro, intitulada *Prosopopeia*, de autoria de Bento Teixeira (1561-1618), no ano de 1601 (VERÍSSIMO, 1969, p.37-8), e encerra com a segunda fase da produção literária de Machado de Assis (1839-1908), que representa a prosa realista (VERÍSSIMO, 1969, p.285-290). Do volume de autores citados ao longo do livro, Veríssimo não citou nenhuma mulher na produção literária.

Na já referida obra *História da Literatura Brasileira: prosa de ficção (1870 a 1920)*, Lúcia Miguel Pereira (1988) percorre cinco décadas de produção literária no Brasil, analisando detidamente vinte e três autores da ficção brasileira agrupados por semelhança de traços estilísticos. No estudo, Pereira realiza um levantamento sobre a produção ficcional e identifica apenas doze mulheres escritoras (PEREIRA, 1988, p.259).

O crítico Guilhermino César realiza uma exaustiva pesquisa sobre a produção ficcional do estado do Rio Grande do Sul (CÉSAR, 1971). Das obras analisadas, algumas poucas eram de autoria feminina. O autor utiliza, na avaliação das obras realizadas por mulheres, critérios relacionados aos atributos femininos e masculinos. César submete as obras a uma variação praticamente constante na qual a obra escrita por mulher é analisada a partir de uma perspectiva androcêntrica, que atesta simpatia com a produção de homens e condescendência para com a literatura realizada por mulheres.

Por meio das representações do masculino e do feminino consolidadas na época, César direciona os comentários críticos sobre a produção literária de escritoras mulheres. As

expressões “pobre mulher” e “infeliz”, por exemplo, são empregadas nas descrições das autoras, empregadas para justificar as informações ligadas às trajetórias pessoais (“enfeitada”, “abandonada pelo noivo”). Essas expressões ligadas ao feminino estavam associadas à produção ficcional das mulheres.

Outro aspecto apontado pelo crítico é sobre a ausência de qualidade dos textos escrito por mulheres. Essa ausência, segundo César, devia-se, em grande medida, ao “ambiente hostil” em que viviam (CÉSAR, 1971, p.102). Em função disso, o crítico salientava a importância desse seleto grupo de mulheres que conseguiram se destacar diante de todas as obrigatoriedades que competiam a elas: esposas, mães e filhas. Esse cenário era por si só, segundo o autor, suficiente para estabelecer uma crítica condescendente.

Além disso, os temas desenvolvidos pelas mulheres deveriam, segundo o crítico, pertencer à esfera privada. César compreende que as produções ficcionais de maior aceitação estariam ligadas ao universo familiar, uma vez que era o ambiente “natural” das mulheres. Em função dessa restrição social, as mulheres não estavam preparadas intelectualmente e nem possuíam vivência suficiente para desenvolver temas relacionados ao universo masculino, tais como a política. Para a narrativa se manter coerente e natural, César sugere aspectos a serem seguidos: “não abusou das tintas, não escolheu vocábulos, nem elegeu temas arbitrários ou inalcançáveis pelo seu voo” (CÉSAR, 1971, p.159). Com isso, as obras escritas por mulheres não correriam o risco de serem demasiadamente criticadas.

Dessa forma, com o estudo das obras não-canônicas, é possível desconstruir certas hierarquias e ampliar o horizonte dos estudos sobre as histórias da literatura brasileira, de modo a revisar o acervo do passado sob a perspectiva do presente. De modo geral, as pesquisas tendem a inventariar a produção literária do Brasil, privilegiando a produção ficcional masculina em detrimento daquelas realizadas por mulheres, uma vez que esta estava associada à produção de qualidade inferior. Quando as escritoras eram mencionadas, as pesquisas não se aprofundavam nas respectivas obras. Essas pesquisas, portanto, materializam um cenário literário marcadamente masculino do final do século XIX e início do século XX.

Considerações finais

A reflexão visa justamente problematizar a escrita de “formação” da história da literatura brasileira baseada no percurso evolutivo e acumulativo de estilos, formas e temas literários, encadeados de forma linear e coerente das consideradas grandes obras do passado. Isso significa que a perspectiva adotada postula uma produção de histórias da literatura

caracterizada pela fragmentação e multiplicidade, que não esbarra nas noções de sistema nacional, coerente e linear.

O interesse em investigar inclusões e exclusões conduz aos caminhos que levaram às escolhas políticas das obras que comporiam os arquivos literários de um país. Portanto, o enfrentamento crítico da designada produção “esquecida” nos possibilita ampliar o horizonte estético além daquele institucionalizado pelos cânones (COHEN, 2001). Ou seja, é possível compreender a movimentação de exclusão como produtora de diferenças, trazendo à luz outros critérios de valoração de obras, que ficaram esquecidas por não se adequarem aos critérios daqueles responsáveis pelo processo de canonização.

O empenho é justamente incorporar as abordagens críticas que compreendem a produção de histórias literárias como representações de uma tradição inventada. Nessa abordagem, a produção de histórias literárias é menos diacrônica e mais sincrônica. Isso porque o pesquisador(a) estabelece critérios que atendam às necessidades de seu presente, de modo a ampliar e diversificar os objetos literários do passado, tais como a relação dos mecanismos de regulação literária e as mulheres escritoras.

Referências bibliográficas

- ALMEIDA, Leandro Thomaz de. *Literatura naturalista, moralidade e natureza*. Tese (Doutorado em Teoria e História Literária) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.
- BARBERENA, Ricardo Araújo. O limiar dos estudos literários e culturais na pós-modernidade: fazeres indisciplinados e práticas contrabandeadas. In: BITTENCOURT, Rita Lenira de Freitas; SCHMIDT, Rita Terezinha (Orgs.). *Fazeres indisciplinados: estudos de literatura comparada*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2013.
- BAUMGARTEN, Carlos Alexandre. *A crítica literária no Rio Grande do Sul: do romantismo ao modernismo*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1997.
- BLOOM, Harold. *O cânone ocidental*. São Paulo: Objetiva, 1995.
- BOURDIEU, Pierre. *As regras da arte*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- BRESCIANI, Maria Stella Martins. *O charme da ciência e a sedução da objetividade: Oliveira Vianna entre os intérpretes do Brasil*. São Paulo: Editora Unesp, 2005.
- CAMPELLO, Eliane T. A. Um novo perfil para a historiografia literária: escritoras brasileiras. In: SCHMIDT, Rita Terezinha (Org.). *Sob o signo do presente: intervenções comparatistas*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2010, p.43-54.
- CANDIDO, Antônio. *A educação pela noite & outros ensaios*. São Paulo: Ática, 1987.

_____. *Formação da literatura brasileira*. São Paulo: FAPESP, 2008.

_____. *Literatura e sociedade*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1976.

CANGUILHEM, Georges. *Le normal et le pathologique*. Paris: PUF/Quadrige, 1991.

CAPOBIANCO, Juan Marcello. *O leitor de Cruz e Sousa: um estudo comparado das recepções críticas de sua obra*. Tese (Doutorado em Estudos de Literatura) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2016.

CÉSAR, Guilhermino. *História da Literatura do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: Ed. Globo, 1971.

CHARTIER, Roger. *A história ou a leitura do tempo*. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

COHEN, Margaret. Une reconstruction du champ littéraire, faire oeuvre du “désordre du siècle”, *Littérature*, Paris, n. 124, p.23-37, dez. 2001.

COSTA LIMA, Luiz. A crítica literária na cultura brasileira do século XIX. In: *Dispersa demanda*. Rio de Janeiro: Francisco Alves Editora, 1981, 30-53.

_____. Concepção de história literária na ‘Formação’. In: D’INCAO, Maria Angela; SCARABÔTOLO, Eloísa Faria (Orgs.). *Dentro do texto, dentro da vida: ensaios sobre Antonio Candido*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p.163.

DE CERTEAU, Michel. *História e psicanálise entre ciência e ficção*. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

DERRIDA, Jacques. *Mal de arquivo: uma impressão freudiana*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

DUARTE, Constância Lima. O cânone literário e a autoria feminina. In: AGUIAR, Neuma (Org.). *Gênero e Ciências Humanas: desafio às ciências desde a perspectiva das mulheres*. Rio de Janeiro: Record/ Rosa dos Tempos, 1997, p.86-94.

DUARTE Constância Lima; MACÊDO, Diva Maria Cunha P. de (Org.). *Escritoras do Rio Grande do Norte: de Nísia Floresta a Zila Mamede*. Natal: Sebo Vermelho/UnP, 2001.

GINZBURG, Jaime. *Crítica em tempos de violência*. São Paulo: Edusp, 2012.

HOLLANDA, Heloisa Buarque; ARAÚJO, Lucia Nascimento. *Ensaístas Brasileiras: mulheres que escreveram sobre literatura e artes de 1860 a 1991*. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

MOI, Toril. *Teoría literaria feminista*. Madrid: Cátedra, 1988.

MOISÉS-PERRONE, Leyla. *Altas literaturas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

MUZART, Zahidé Lupinacci (Org.). *Escritoras Brasileiras do século XIX: antologia*. V. I. Florianópolis: Ed. Mulheres; Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1999.

PELLEGRINI, Tânia. Realismo: postura e método. *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v.42, n.4, p.137-155, dezembro 2007.

PEREIRA, Lúcia Miguel. *História da Literatura Brasileira: prosa de ficção (1870-1920)*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1988.

ROHDEN, Fabíola. Ginecologia, gênero e sexualidade na ciência do século XIX. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 8, n.17, p.101-125, 2002.

SANTIAGO, Silviano. Arte masculina? In: NOLASCO, Sócrates (Org.). *A desconstrução do masculino*. Rio de Janeiro: Rocco, 1995, p.99-102.

SANTOS, Maria Irene Ramalho de Sousa. O cânone nos estudos anglo-americanos. In: CALDEIRA, Isabel (Coord.). *O cânone nos estudos anglo-americanos*. Coimbra: Minervas, 1994.

SCHMIDT, Rita Terezinha. *Descentramentos/convergências: ensaios de crítica feminista*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017.

_____. Repensando a cultura, a literatura e o espaço de autoria feminina. In: NAVARRO, Márcia Hoppe (Org.). *Rompendo o silêncio: gênero e literatura na América Latina*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1995.

SHOWALTER, Elaine. “A crítica feminista no território selvagem. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). *Tendências e impasses*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

SUSSEKIND, Flora. *Tal Brasil, qual romance? Uma ideologia estética e sua história: o naturalismo*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1994.

ZILBERMAN, Regina. História da Literatura e Identidade Nacional. In: JOBIM, José Luíz (Org.). *Literatura e Identidades*. Rio de Janeiro: J. L. J. S. Fonseca, 1999, p.23-55, p.25.

Recebido em: 20/11/2020
Aprovado em: 28/02/2021
Publicado em: 07/05 2021

Notas

* Possui graduação (2005) e mestrado (2007) em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Doutorado em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (2014). Têm artigos publicados em periódicos nacionais e capítulos de livros, particularmente sobre temas relacionados à História da justiça criminal. <http://lattes.cnpq.br/9223297204330688> ; <https://orcid.org/0000-0001-6815-4290>.